



ÁSIA/INDONÉSIA - Minorias religiosas sob ataque, na indiferença do governo: uma novo relatório

Jakarta (Agência Fides) - O governo da Indonésia não consegue proteger as minorias religiosas diante da crescente intolerância religiosa e da violência, que produziu 264 ataques em 2012: é o que afirma o novo relatório publicado pela ONG "Human Rights Watch" (HRW), intitulado "Em nome da religião", de 107 páginas, e enviado à Agência Fides. O relatório convida o presidente Susilo Bambang Yudhoyono a adotar uma política de "tolerância zero" para com os repetidos ataques contra as minorias religiosas, que estão envenenando a sociedade. Gangues islâmicas atacam igrejas cristãs e também "seitas desviantes", enquanto o governo da Indonésia, a polícia e os militares "assistem passivamente" e às vezes "participam ativamente" defendendo os novos grupos extremistas, denuncia HRW.

O relatório documenta "o fracasso do governo", que leva os grupos militantes a se tornar mais agressivo, porque impunes. Quem paga são as comunidades ahmadiyah (consideradas muçulmanas hereges), os cristãos e comunidades islâmicas xiitas. Segundo um monitoramento realizado pela ONG em 10 províncias, em 2012, se verificaram 264 episódios de violência contra as minorias religiosas. Na maior parte dos ataques, os executores e mandantes permanecem impunes. Em dois casos, as autoridades locais se recusaram a aplicar e fazer cumprir as decisões do Supremo Tribunal Federal, que garantia às minorias o direito de construir locais de culto, e até mesmo o ministro de Assuntos Religiosos, Suryadharma Ali - observe o texto - fez "declarações discriminatórias". Segundo a HRW, "Yudhoyono deve insistir em perseguir todo ataque violento contra as minorias, quando ele mostrou uma indiferença substancial". Além disso, funcionários do governo e forças de segurança indonésias, muitas vezes facilitaram assédios e ameaças por parte de grupos militantes contra minorias. Entre os grupos extremistas mais ativos, destaca-se o "Fórum Umat Islã" ("Fórum do povo islâmico") e o "Front Pembela Islã" ("Frente dos defensores do Islã"): eles se casam com uma interpretação do Islã sunita que define os não muçulmanos como "infieis" e "blasfemos".

A partir deste contexto, surge uma grave erosão da liberdade religiosa para os cristãos e outras minorias. Esta erosão é justificada e aprovada - é o pior aspecto, julga o relatório enviado à Fides - também por instituições públicas, como o Ministério de Assuntos Religiosos, o Conselho para o monitoramento das crenças na sociedade (sob o amparo do Procurador Geral), o Conselho dos Ulemas, reconhecido pelo Estado, que usaram sua autoridade para punir as minorias religiosas. (PA) (Agência Fides 5/3/2013)